



Divinópolis, 05 de setembro de 2025.

REQUERIMENTO Nº CM 1715/2025

Exmo. Senhor Vereador Israel Mendonça

Ilmo. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Senhor Presidente,

O Vereador que subscreve, nos termos regimentais, requer que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Secretário Municipal de Operações Urbanas e Serviços (SEMSUR), bem como aos órgãos ambientais competentes, para que encaminhem a esta Casa Legislativa, em prazo legal, toda a documentação necessária referente às intervenções de limpeza e desassoreamento realizadas no ano de 2025 em cursos d'água do município.

Requer-se, em especial, o encaminhamento das seguintes informações e documentos:

1. Licença ou autorização de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) emitida pelo CODEMA ou outro órgão competente;
2. Licença de supressão de vegetação emitida pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), caso aplicável;
3. Outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pelo IGAM para as atividades de desassoreamento e manejo de cursos d'água;
4. Licença ambiental específica emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAC) ou SEMAG, conforme a natureza da atividade;
5. Informações sobre estudos técnicos prévios (EIA/RIMA ou relatórios ambientais simplificados) que fundamentaram as autorizações;
6. Indicação dos pareceres técnicos ou atas do CODEMA que tenham autorizado as intervenções, destacando se houve ou não participação e votação de conselheiros em situação de conflito de interesses, em



descumprimento às regras de impedimento previstas na legislação ambiental.

7. Quais licenças e autorizações específicas foram emitidas para as intervenções de limpeza e desassoreamento realizadas no ano de 2025 no Córrego do Milho Branco, próximo ao Cmei Nossa Senhora das Graças?
Encaminhar cópia.



JUSTIFICATIVA

As intervenções em cursos d'água e áreas de preservação permanente exigem licenciamento ambiental específico, sob pena de caracterizar irregularidade administrativa e crime ambiental, conforme o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e demais normas correlatas.

Conforme denúncias recebidas, amplamente divulgadas em redes sociais, as limpezas e desassoreamentos vêm sendo realizados sem a devida outorga do IGAM e sem licença de intervenção em APP, em afronta direta à legislação ambiental.

Assim, o presente Requerimento busca garantir transparência, legalidade e proteção ao patrimônio ambiental do município, solicitando a apresentação imediata de todas as licenças e documentos que respaldam as intervenções mencionadas, sob pena de responsabilização administrativa e judicial dos envolvidos.

Vereador VITOR COSTA
PT (Partidos dos Trabalhadores)

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GO4**9QD****YK9****48Y**